



Paisagem ribeirinha nas baixadas de Belém/PA: usos e apropriações na bacia da Estrada Nova

Riverine landscape in the waterlogged areas of Belém/PA: uses and appropriations in the “Estrada Nova” basin

Monique Bentes M. S. Leão¹, UFPa, monique.bentes@gmail.com

¹ Docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPa.

RESUMO

Este artigo tem por objetivo reconhecer a paisagem cultural da bacia da Estrada Nova, localizada sobre as margens do Rio Guamá em Belém/PA. Busca-se identificar um padrão tradicional de assentamento às margens de cursos d'águas influenciado pelo modo de viver dos ribeirinhos da Amazônia, no contexto de periferia de Belém. Por fim, questiona-se o projeto Portal da Amazônia e a sua proposta de revitalização das margens do rio Guamá, pela mudança na dinâmica econômica e social que insere na área.

Palavras Chave: Paisagem urbana, ribeirinho, baixadas, urbanização de favelas, Portal da Amazônia.

ABSTRACT

This paper tries to recognize the cultural landscape of "Estrada Nova" basin, located next to the Guamá River in Belém. With identification of a traditional pattern of settlement next to of water courses influenced by the "riverine" way of life in the Amazon, in the context of the periphery of Belém. Finally, the project "Portal da Amazônia" is questioned. The paper also discusses some local proposals to revitalize the waterfront of the Guamá River, by the change in the economic and social dynamics that it inserts in the area.

Keywords: urban landscape, riverine, waterlogged areas, slum upgrading, Amazon Portal.

INTRODUÇÃO

O elemento hídrico, historicamente, foi visto como delimitador para a urbanização de Belém. Desde sua colonização, foram executadas obras com objetivo de sanear e aterramentos de modo que possibilitasse a expansão urbana. Fatores fisiográficos foram determinantes para o modo de ocupação da cidade, inclusive para a divisão social, onde características geográficas consideradas desfavoráveis são atreladas a moradia de um perfil de população com rendimentos mais baixos (MOREIRA, 1966; PENTEADO, 1968).

As baixadas belenenses seriam uma forma de assentamento informal própria da cidade amazônica na qual o pobre urbano utiliza estratégias de sobrevivência na cidade ligadas as suas referências regionais. É relevante nas baixadas a presença de aspectos culturais tanto na ocupação física como na dinâmica econômica e forma como as redes sociais são estabelecidas.

Através das características arquitetônicas das palafitas observam-se soluções de adaptação as condições geográficas e de aproveitamento do solo que permitiram o constante adensamento e consolidação das baixadas, enquanto o fortalecimento das comunidades se dava através da formação de laços de solidariedade. Inclusive parte da atividade econômica nas baixadas possui similaridades com a praticada nas cidades de beira de rio, onde o acesso da água é fundamental para acessibilidade, comércio e subsistência praticando-se nas baixadas atividades de características próprias da hinterlândia amazônica.

Moradores em busca do “seu espaço” na cidade construíram casas conforme a disponibilidade de materiais e do lugar que encontravam, inclusive em áreas alagadas ou igarapés, até mesmo porque morar sobre rios já era uma prática trazida de seu local de origem. Assim, os cursos d’água sofreram ocupação em suas margens, calhas e planícies de inundação originais. O cenário formado por um processo de urbanização incompleto e precariedade socioambiental afetou a qualidade das águas causada pelo lançamento de esgoto in natura e outros resíduos, a impermeabilização do solo e obstrução dos leitos e das várzeas comprometeu a capacidade de conter as águas das cheias, provocando alagamentos, sobretudo em períodos do ano em que a chuva é mais intensa.

Com o rápido adensamento das baixadas, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970, suas condições precárias de habitação se agravaram, com constantes casos de alagamentos, inundações e surtos epidêmicos causados por doenças transmitidas por vetores hídricos. As primeiras intervenções em baixadas na cidade se caracterizaram pelo tecnicismo e por obras de infraestrutura, sobretudo ligadas à drenagem, o principal era o saneamento para evitar o alagamento e a criação de terras secas, o interesse pelo retorno financeiro que o investimento dessas obras deveria possuir era evidente nos documentos da época (SUDAM; DNOS; PARÁ, 1976). Ao ponto que o objetivo do projeto é criar terras para o mercado imobiliário, não se tem o interesse e nem se incentivava, a permanência da população pobre nas áreas de intervenção. A estratégia para combater o déficit habitacional em Belém naquele período foi a construção de conjuntos habitacionais periféricos, desarticulados com o centro da cidade.

O modo de vida tradicional/ribeirinho não era um item a ser discutido nem tampouco considerado relevante nos projetos de reassentamento, já que a moradia rural nesse período é considerada como referência a pobreza e atraso (CARDOSO, 2007), sendo elaborados pelo poder público, projetos de arquitetura modernista que deveriam resocializar essa população através de moradias que “ensinassem” um novo modo de vida. No caso de Belém, havia também aspectos financeiros que limitavam propostas mais adaptadas a região já que a principal preocupação era suprir a alta

demanda. Assim, os projetos perdiam a qualidade para poder executar-se o maior número possível de moradias e ou lotes.

A partir da década de 1980, serão observados novos modelos de intervenção urbana nas baixadas que também serão acompanhadas pela necessidade de remoção e reassentamento, neste período, são inseridas diretrizes que beneficiam o deslocado com propostas que valorizam a sua permanência. Porém, nota-se que ainda há dificuldade de executar projetos que englobem itens que respeitem a identidade social e as práticas socioeconômicas das baixadas.

O PROCESSO CONTEMPORÂNEO DE OCUPAÇÃO DAS MARGENS DE RIO NAS CIDADES DA AMAZÔNIA

A rede hídrica foi preponderante para a formação de cidades no processo de ocupação da Amazônia. Desde o início da colonização europeia, a principal estratégia de ocupação se deu através de assentamentos localizados ao longo dos rios. Desta forma, cidades de beira de rio e vilas ribeirinhas foram predominantes na região caracterizando uma tipologia e padrão de ocupação urbana (CARDOSO e LIMA, 2006). Pode-se dizer que este tipo foi reforçado pelas atividades econômicas desenvolvidas ao longo dos rios, neste caso, a lógica extrativista praticada secularmente na região acabou sendo responsável pela criação de uma rede de cidades no eixo do Rio Amazonas e seus principais afluentes a qual seria consolidada e reforçada em diferentes períodos históricos até meados do século XX, quando novos modos de produção e de ocupação são inseridos na Amazônia (CÔRREA, 1987; MOREIRA, 1966).

A proximidade com o rio era fundamental para o desenvolvimento urbano, pois trazia a vantagem do acesso ao meio de transporte e à realização de trocas. A sua importância é vista na própria organização espacial desses núcleos urbanos, dada através de sua faixa marginal, considerada a “frente da cidade”. Lá se concentram as principais atividades administrativas, religiosas e econômicas, sendo o porto, a feira e o mercado, estruturas que se tornaram peças importantes independente do tamanho da cidade ou vila, garantido tanto o abastecimento como saída dos produtos coletados na floresta (CARDOSO e LIMA, 2006). Assim, as cidades irão se destacar na rede conforme a expressão de sua atividade como entreposto comercial e o raio de extensão da sua hinterlândia, já que esses núcleos também funcionam como ponto de apoio para determinada extensão territorial rural (CÔRREA, 1987; CARDOSO e LIMA, 2006).

Entre a população rural que habita longe desses núcleos, estão os “ribeirinhos”, como são regionalmente chamados povos e comunidades tradicionais que vivem próximo aos cursos d’água. Estes praticam, nas margens dos rios amazônicos, um modo de vida baseado em sistemas de rotatividade da cultura agrícola, extrativismo, caça e pesca, considerado contemporaneamente de baixo impacto às condições ambientais. As habitações são estruturas palafíticas de madeira com cobertura de palha ou com telhas, esse método construtivo não é exclusivo da Amazônia, sendo notória em outros continentes, sobretudo em áreas tropicais. A construção suspensa teria o benefício de proteger a moradia das águas das cheias, contra os animais selvagens, facilidade de acesso ao meio de transporte e às trocas econômicas (BAHAMÓN; ÁLVAREZ, 2009).

Ocupações ribeirinhas na Amazônia podem ser encontradas de forma esparsa, formada por casas isoladas com intervalos de cerca de 200 a 500 metros uma das outras ou em pequenos grupos de casas entre pessoas da mesma família, entre as características está o forte vínculo social que se

mantém através do apadrinhamento e da ajuda mútua. Os ribeirinhos costumam-se reunir para colheitas, festividades entre outros, atitudes que são entendidas como estratégias de sobrevivência em áreas tão isoladas (WAGLEY,1988). Também há situações de maior adensamento em vilas ribeirinhas, que apresentam padrões urbanísticos próximos ao vernacular, essas vilas em geral são formadas por agrupamentos palafíticos, em que as palafitas são ligadas por pontes em madeira, chamadas de estiva. Nestas vilas, já podem ser encontradas pequenos comércios e outros equipamentos (ilustração 1).

A estagnação econômica e conflitos rurais causados por novos modos de apropriação da terra foram um dos fatores que levou, parte dessa população rural, a deslocar-se para as pequenas e grandes cidades da região, sobretudo a partir da década de 1960, engrossando as periferias urbanas, sendo Belém, dentre os municípios empobrecidos do Estado do Pará, o principal destino para a população que se mudava na esperança de encontrar trabalho e estar próximo a serviços como saúde e educação.



Ilustração 1 - Vila ribeirinha no Igarapé Joapi, no município de Bagre/PA, é um exemplo de agrupamento palafítico na Amazônia. Foto: Josué Sarges, 2010.

Os padrões de ocupação ribeirinhos praticados na área rural serão empregados e adaptados ao meio urbano, porém, em contexto de alta densidade, pobreza e deficiência de infraestrutura. O migrante, assim como os pobres urbanos que já residiam na cidade, encontrou como alternativa de moradia em áreas até então desocupadas e desvalorizadas pelas desvantagens do relevo alagado, mas que, por outro lado, oferecia a vantagem de estar localizada próxima à área central e de fácil acesso ao rio, elemento importante para dinâmica econômica da região.

As baixadas serão formadas em Belém através da reprodução do conhecimento tradicional ribeirinho que, não só marcaram a forma urbana e arquitetônica do espaço, como também as redes sociais e econômicas de seus moradores. Observa-se que o modo de vida ribeirinho pode ser considerado relevante tanto para a demanda dos projetos de intervenção, quando é visto como forma imprópria de ocupação, como na discussão sobre que tipo de reassentamento tem sido adotado, no que diz respeito à adequação das soluções habitacionais ao modo de vida da população local.



Ilustração 2 - Habitações ribeirinhas em área rural, Ilha do Combú, Belém-PA. Foto: Autora, 2012.

BAIXADAS E AS ESTRATÉGIAS DE MORADIA NAS VÁRZEAS DE BELÉM

Belém está localizada na confluência do Rio Guamá com a Baía de Guajará, entrecortada por diversos cursos d'água e igapós, integrantes do estuário guajarinó. A posição da cidade foi estrategicamente escolhida com objetivos militares no século XVII e favoreceu a sua atividade portuária, servindo como entreposto comercial e concentrando os fluxos econômicos de uma rede urbana entre as outras cidades e vilarejos localizados ao longo da bacia fluvial do Amazonas (CÔRREA, 1987; PENTEADO, 1968; MOREIRA, 1966). Essas características geográficas demonstraram ser um fator importante na estruturação do espaço urbano e acabaram, por outro lado, representando um obstáculo para a expansão urbana da cidade, sendo necessária uma constante "luta" contra as áreas alagadas (PENTEADO, 1968; MOREIRA, 1966).

Apesar de inicialmente sua ocupação ser caracterizada como "ribeirinha", pelo crescimento ocorrer em sua faixa marginal e pelas atividades realizadas na beira do rio, desde o período colonial, nota-se a prevalência do traçado retilíneo na orientação da ocupação urbana, desconsiderando as condições topográficas do sítio, preferindo-se secar, aterrar ou contornar os cursos d'água. Deste modo, é descrito que o crescimento urbano de Belém se deu em torno de áreas alagadas e, quando possível, "devoravam-se" as áreas alagadas através de aterros, nivelamentos, e tubulação das águas (MOREIRA, 1966).

Sobretudo a partir do século XVIII, a cidade cresce em direção ao interior do continente, onde as cotas eram mais altas, afastando-se das áreas alagadiças próximas às terras costeiras consideradas insalubres. Esta particularidade torna a fisiografia um fator condicionante na divisão social do

espaço urbano (CARDOSO et al 2007), com a formação da área central de Belém em terras mais altas e saneadas, ocupadas por famílias de maior renda, enquanto em sua volta, em terrenos mais baixos e alagadiços, a população era mais empobrecida (PENTEADO, 1968; MOREIRA, 1966). Tal processo segue uma tendência brasileira no que tange ao padrão de ocupação de assentamentos precários, a partir da qual os pobres urbanos estariam fixados, geralmente em terras públicas, desvalorizadas, inadequadas, de fragilidade/proteção ambiental (MARICATO, 2000).

A partir da década de 1960, com os grandes projetos econômicos executados pelo governo militar para a Amazônia e a construção de rodovias para ligar a região ao centro do país, a cidade torna-se um centro de atração para um grande contingente populacional do interior do Pará e de outros estados; esta população, de baixo poder aquisitivo, não possuía condições econômicas para pagar pelo valor das terras disponíveis no mercado localizadas em terrenos mais altos e infraestruturados, assim, inicia, de forma mais intensa, a ocupação dessas áreas alagadiças, as quais possuíam a vantagem de estarem localizadas próximas ao centro da cidade, dando origem a diversos assentamentos precários (e juridicamente irregulares) nos bairros ao longo da orla fluvial da capital e na periferia próxima, estas áreas foram chamadas popularmente de “baixadas”.

A origem ribeirinha da maior parte desses moradores contribuiu para a reprodução do modo de vida rural no contexto urbano, refletidos na arquitetura e práticas socioeconômicas locais, facilitadas pelo acesso ao rio, o qual era importante para o sustento dessas famílias, que obtinham o alimento através da pesca ou através do comércio realizado por embarcações interioranas. Segundo Costa (2008), a procedência ribeirinha conferia uma experiência em morar sobre o alagado com soluções que foram adotadas também por moradores de outras origens, dando condições para a formação de um padrão de assentamento característico das baixadas de Belém.

Segundo Cardoso (2007), a formação dos assentamentos em baixadas se dá através de constantes modificações, em diferentes “estágios de consolidação”. O processo se dá, primeiro, pela reprodução de formas herdadas; em segundo, pela produção de variações e, em terceiro, pela reprodução das variações bem-sucedidas (KROP, 2001 *apud* CARDOSO, 2007). Ou seja, as primeiras construções são reproduções do conhecimento pré-adquirido do seu construtor (geralmente o próprio morador) que constrói suas habitações com base nas construções ribeirinhas dos seus locais de origem. Conforme a evolução da ocupação, a tipologia das casas e das estivas, vai sofrendo alteração para adaptação ao contexto local urbano. Resultando em um espaço formado por diferentes períodos morfológicos que foram inserindo/modificando elementos conforme a necessidade e referências dos moradores (que são, portanto, produtores do espaço).

Assim, considera-se que as baixadas em Belém foram constituídas através de um engenhoso processo de ocupação das áreas de várzeas, formada por vários “estágios de consolidação” (CARDOSO, 2007). Primeiro, o ocupante recém-chegado constrói sua casa sobre o rio. Com o tempo, ele a desloca para mais próximo da margem, ou ele aterra “seu terreno” através de soluções alternativas às populações mais pobres como restos de materiais de construção, lixo, caroços de açaí e piçarra. Este aterro avançado em direção ao rio possibilita a construção de mais moradias na beira. Essas podem ser vistas ligadas ao solo firme por meio de estivas, espécie precária de ponte feita em madeira (e mais recentemente feita em concreto), que sendo continuamente expandidas/modificadas/construídas fixam, em sua expansão, mais palafitas além do trecho aterrado (Ilustração 3) (ARAÚJO, 2008).

Conforme Cardoso (2007) demonstra, essas estivas podem ser posteriormente substituídas por aterro, em um ritmo gradual de consolidação, possibilitando ao morador a melhoria de sua

habitação, podendo ocorrer aos mais “afortunados” construir casas novas em alvenaria. O aterro adquire papel de uma infraestrutura que permite a configuração final das ruas, tornando viável a expansão e consolidação do assentamento.



Ilustração 3 - Expansão da ocupação em palafita nas margens do Rio Guamá. Foto: Juliano Ximenes, 2011.

As próprias construções também passariam por estágios de consolidação, Costa (1998), em sua pesquisa sobre as representações das casas nas baixadas de Belém, parte do pressuposto que a construção feita logo de início, em geral um barraco simples com 1 cômodo, tem para o morador uma representação de moradia provisória, podendo ser modificada ou trocada por outro morador recém-chegado na ocupação, possuindo a noção apenas de “abrigo”. Para a autora, conforme a casa passa a ter para o morador a noção de que é fixa e permanente, ela deixa de ser apenas um abrigo e, quando isso ocorre, em geral, o morador começará a agregar melhorias na edificação.

Esta mudança ou ampliação e transformação da construção dependeriam de diversos fatores, entre eles um dos principais seria garantir uma fixação em solo firme e, neste contexto, o aterro é um elemento importante para possibilitar a fixação e expansão da ocupação ao “criar terras”, outro seria sentir uma segurança da posse da terra a qual não significa, necessariamente, a posse jurídica e formal, sendo o principal comprovante os recibos de compra e venda registrados em cartório (COSTA, 1998).

Com base na poética do espaço de Bachelard (1978), a autora instiga o significado da casa como um lugar que carrega um sentido emocional para seu morador, e, portanto, traria em si significados essenciais às referências que o seu habitante tem de modos de viver. A partir do momento, portanto, que o morador se empenha na construção de sua “casa” e não apenas do “abrigo”, ocorreria uma afetividade do morador com a edificação. Este acrescenta em sua habitação parte de sua história e de seus anseios, assim a casa revelaria a biografia do morador, tornando-se uma produção própria de determinado tipo de sociedade (COSTA, 1998).

No caso das baixadas, as casas remetem, em sua maioria, à casa rural, características que são expressas nos elementos construtivos e estéticos como na própria ordenação do espaço interno

das casas, onde são encontrados 4 ambientes principais: o pátio, a sala, quarto e cozinha, além de funções desempenhadas no exterior da casa, conforme é no interior, como o jirau e o banheiro. São presentes signos estéticos próprios de uma cultura ribeirinha amazônica, representados nas fachadas, varandas, guarda-corpos, muxarabis, escadas e outros elementos. Araújo (2008) em sua pesquisa em que busca identificar aspectos subjetivos no bairro do Jurunas, afirma que haveria todo um “artesanato arquitetônico-urbanístico” nas baixadas de Belém graças ao saber “ribeirinho”.



Ilustração 4 – As casas são construídas com as referências pessoais, lembrando as casas ribeirinhas, as mesmas apesar de sua carência possuem elementos estéticos que caracterizam um olhar subjetivo desses moradores. Foto: Autora, 2011.

Como Cardoso e Ventura Neto (2013) afirmam, o que era inicialmente um "impacto ambiental" acaba se tornando uma solução de moradia para o pobre, que, após graduais melhorias, vai criando um espaço apesar de precário, com boa conexão entre a cidade formal e com diversos usos e atividades e, oportunidades de geração de renda. Ou seja, apesar da precariedade, há ativos que não são explicitamente econômicos, embora tenham uma clara dimensão material e, portanto, econômica, na ocupação precária das áreas alagáveis.

RECONHECENDO A PAISAGEM RIBEIRINHA: BAIXADA DA ESTRADA NOVA

A Bacia da Estrada Nova é a quinta maior bacia hidrográfica da cidade, com extensão aproximada de 9,54 km², possuindo 72,70% de sua área constituída por áreas inundáveis (BELÉM, 2007). Atualmente, esta área soma uma população de, aproximadamente, 300.000 pessoas (IBGE, 2010). Localizada na porção sul de Belém, nas várzeas do Rio Guamá, o terreno na sua maior parte

apresenta baixo nível hipsométrico, com baixas declividades, favorecendo o surgimento de pequenos charcos e significativa presença de áreas alagáveis. Apesar da proximidade com o centro da cidade e relatos históricos indicarem o início da ocupação da área desde o período colonial, por muitos séculos estas terras foram evitadas, sobretudo para o uso habitacional devido a características físicas que apresentava.

Segundo Penteado (1968) o dique construído ao longo da orla do Rio Guamá na década de 1940 permitiu o aproveitamento de vastas áreas dos “bairros de várzea”, além de proporcionar a abertura da Av. Bernardo Sayão, criando condições para que, ao longo do seu percurso, surgissem estabelecimentos comerciais e industriais. Este dique ficou conhecido popularmente como dique da Estrada Nova, possui 6km e acompanha o Rio Guamá partindo do Arsenal da Marinha no bairro da Cidade Velha até as imediações do Igarapé Tucunduba findando onde atualmente se localiza a Universidade Federal do Pará. O dique, ao possibilitar a criação de terras secas, serviu como atrativo para o aumento populacional no local. Os moradores que ocuparam as margens do Rio Guamá reconheciam como “terra de ninguém” estas áreas, pertencentes à União.

A área da bacia da Estrada Nova tem em seu histórico peculiaridades intrínsecas ao processo de ocupação da periferia alagada de Belém, é possível observar as várias etapas de consolidação do processo de ocupação de áreas alagadas na área da bacia, desde a chegada dos primeiros moradores, em palafitas suspensas até a formação de ruas devidamente aterradas e planejadas, onde as antigas palafitas dão lugar a novos padrões de arquitetura popular, com a influência da referência ribeirinha em conjunto com a agregação dos novos valores encontrados na cidade. A ligação desta área com o interior do Estado é presente não só na origem da maior parte de seus moradores como em sua dinâmica socioeconômica, há toda uma similaridade praticada pelos ribeirinhos da Amazônia. Estas características podem ser vista nas margens do Rio Guamá, onde está concentrada boa parte da atividade econômica da área, como indústrias de castanha, estâncias de madeira e material de construção, comércios atacadistas e de varejo, feiras, mercados e portos de carga e passageiros. Portando a “centralidade” da Bacia da Estrada Nova está nas margens, assim como as cidades beira de rio do interior da Amazônia, sendo assim, o a dinâmica econômica instalada nas margens do Rio Guamá é extremamente importante para o contexto local, sobretudo pela relação de intercâmbio entre Belém e as cidades interioranas.

A paisagem urbana da Estrada Nova pode ser considerada tipicamente ribeirinha, apresentando características muito próprias, que acontecem apenas nesse local da cidade. O sentido de paisagem, neste caso, é definido conforme o proposto por Simmel (1996), o qual afirma que para uma paisagem existir seria necessário o *Stimmung*², um estado psíquico, processo afetivo exclusivamente humano, que se resume ao sentimento desencadeado pela paisagem junto ao espectador (SIMMEL, 1996). Seria um sentimento subjetivo e afetivo através do qual seria possível a constituição de uma paisagem, ou seja, a subjetividade do olhar é o que permitiria o entendimento do que é paisagem, caso contrário seria apenas "um pedaço de natureza" (MALDONADO, 1996).

² *Stimmung* traduzido ao pé da letra significaria estado de espírito, tom, tonalidade, sentimento pessoal (MALDONADO, 1996).

Através desse entendimento a paisagem constituída na Avenida Bernardo Sayão, popularmente chamada de Estrada Nova, pode ser analisada sobre diferentes óticas, que permeiam do lugar precário a referência da cultura ribeirinha da região Amazônica. Nesse sentido há interesse em mostrar que a paisagem ao longo da Estrada Nova também é constituída por algo que é construído através do subjetivo, como usos e práticas sociais estabelecidos pela população moradora. Portanto, o repertório arquitetônico e as apropriações do espaço demonstram, apesar de sua carência econômica e de recursos materiais, uma riqueza da ordem cultural que não devem ser simplesmente descartados.



Ilustração 5 – Atividades comerciais ao longo da Estrada Nova. Foto: Autora, 2012.

Para Jacques (2003) existiria uma estética resultante da experiência de espaços favelizados qual pode ser compreendida através de uma estética espacial do movimento, ou melhor, do espaço-movimento, esse movimento descrito por ela estaria ligado às transformações contínuas e deslocamentos no espaço. Onde o vivido, ou seja, as práticas cotidianas de seus atores são elementos importantes, pois são eles os que percorrem, constroem e transformam o espaço, portanto existindo uma noção de participação social na formação desse espaço. A expressão dessa dinâmica do espaço-movimento pode ser encontrada na ocupação, construção e consolidação dos espaços em áreas alagadas em Belém, e semelhantemente ao longo da Estrada Nova, as quais foram formadas através de estágios de consolidação já explicitados. Assim como, nos signos estéticos presentes ou representados em elementos arquitetônicos (ARAÚJO, 2008).

A plasticidade encontrada na área da bacia da Estrada Nova já foi retratada através do olhar de artistas paraenses, práticas do cotidiano e/ou manifestações artísticas culturais foram encontradas no movimento dos portos e das feiras, assim como nas festas populares e religiosas. O fotógrafo paraense Luiz Braga, pode ser citado como um desses artistas que registrou cenas das baixadas nas últimas décadas (ilustração 6).

Desta forma, apreende-se que a paisagem formada ao longo da Estrada Nova possui uma identidade espacial própria, que também faz parte da paisagem urbana da cidade, nesse sentido, como Jacques (2003) propõe, as favelas representam um patrimônio cultural, histórico e social para sua cidade, e não diferente ocorre em Belém, agregando especificidades próprias da região que tornam essa paisagem como única.



Ilustração 6 – Foto de Luiz Braga “Meninos na venda de açai” de 1988. O açai é uma das bases alimentícias da população de Belém, os caroços em destaque, são uns dos principais materiais utilizados para aterro em áreas de baixadas. Fonte: www.luizbraga.com.br.

PROJETO PORTAL DA AMAZÔNIA

A área da bacia da Estrada Nova está sujeita a um processo de intervenção que envolve um grande número de deslocamentos. A intervenção é uma proposta da Prefeitura Municipal de Belém (PMB), lançada em 2006, que incluía projeto de macrodrenagem e urbanização da Bacia da Estrada Nova e projeto de revitalização da orla do Rio Guamá, chamado de “Portal da Amazônia”. O objetivo era a construção de uma “nova orla” para a cidade, sendo entendido como “orla” um equivalente do parque linear urbano voltado para o lazer e turismo (PONTE, 2010).

As consequências do projeto são discutíveis pela possível intensificação da segregação socioespacial da cidade, devido à ruptura de atividades socioeconômicas desenvolvidas por seus moradores atuais, sobretudo pela proposta de mudança de usos na orla em prol do desenvolvimento econômico do mercado imobiliário e do surgimento de empreendimentos econômicos voltados para grupos sociais com maiores rendimentos.

O próprio zoneamento do Plano Diretor de Belém, revisado em 2008, evidencia o interesse do poder público em implantar na orla novas formas de economia ligadas ao lazer e ao consumo das classes média e alta. Ao definir para a área (zona Orla setor A1) restrições aos usos de comércio

varejista, comércio atacadista, depósito e indústrias, o único tipo de comércio varejista aceito seria através de “Shopping Center”, contrariando os usos existentes de pequenos portos, depósitos, indústrias e comércios varejistas.

Para a realização das obras na bacia da Estrada Nova, é previsto o deslocamento involuntário de cerca de 2.000 famílias (BELÉM, 2007). A maior parte dessa população vive em condições precárias em palafitas construídas de madeira e fixadas com estacas, ocupando leitos e margens de cursos d’água. Segundo a proposta inicial, a população vulnerável seria remanejada para novas unidades habitacionais construídas na área de intervenção e o processo seria acompanhado através de participação social. No entanto, ao longo do processo de remoções, observou-se problemáticas como desinformação sobre o projeto, indenizações baixas, coerção de moradores, e imprecisões sobre o remanejamento (LEÃO, 2013).

Além das problemáticas no remanejamento, houve atrasos nas obras infraestruturais e mudança de projetos, parte desses problemas são consequentes da gestão, já que inicialmente não havia um planejamento, nem gerenciamento integrado. A área era dividida em vários setores com diferentes secretarias e linhas de financiamento (Ilustração 7). Em relação, ao “projeto Orla”, este recebeu recursos do município e governo federal, através do Ministério do Turismo, é gerenciada pela Secretaria municipal de urbanismo - SEURB e corresponde apenas ao novo viário e ao Parque linear. Enquanto a área denominada de “Urbanização do Portal”, também gerenciada pela SEURB, é referente à faixa continental ao viário construído, possui recursos do PAC Habitação para execução de conjunto habitacional (SEHAB) e urbanização de vias em áreas antes ocupadas na maior parte por vilas de palafitas (quadro 1).

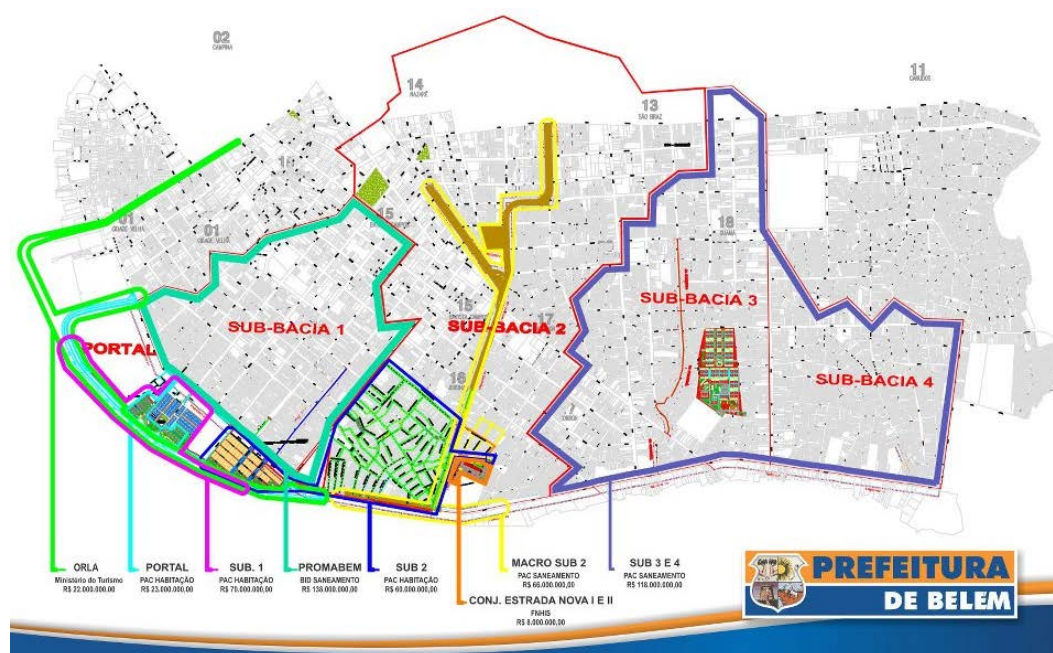


Ilustração 7 - Mapa esquemático com a visão geral das intervenções na Bacia da Estrada Nova. Fonte: Prefeitura de Belém, 2012.

Quadro 1 – Quadro esquemático das intervenções no Portal da Amazônia (Revitalização da orla).

PORTAL DA AMAZÔNIA			
-	Projeto Orla	Urbanização do Portal	Parque linear
Intervenção	Viário do Portal (1,5km) Integração viária com ruas existentes.	Unidades habitacionais, urbanização de vias e equipamentos comunitários.	Projeto paisagístico – área verde com equipamentos de lazer e esporte.
			
Financiamento	Ministério do Turismo/ PAC UAP	PAC UAP	Ministério do Turismo

Fonte: Prefeitura de Belém (2012), adaptado por autora.

Parte do financiamento para o projeto de macrodrenagem e urbanização da Estrada Nova está sendo viabilizada pelo PAC cidades, voltado para urbanização de favelas, programa que prioriza a permanência da população através de melhorias urbanas e ambientais. O discurso apresentado no lançamento do projeto e conforme as obras foram executadas, todavia, levam a uma série de questionamentos a respeito do cumprimento ou não da função social do projeto.

IDEÁRIO DE ORLA

Como PONTE (2010) evidencia há uma discussão variada na sociedade local acerca do padrão de intervenção para uma “orla” fluvial da cidade, existindo um ideário de orla, relativamente novo. O discurso presente agrega o rio como retomada do patrimônio natural da cidade, a qual ressurte por virar-lhe as costas no passado, que estão em suma, ligadas a uma idéia de exclusão das benesses que a paisagem natural adquiriu na pós-modernidade. Ou seja, de lugar pobre e insalubre, cria-se na cidade uma nova forma de olhar para o rio: O rio é espaço do lazer e contemplação da natureza, onde sua presença é um elemento natural importante para a construção de uma paisagem que proporcione uma experiência “espiritual”, de descanso e diversão. Caracteriza-se a paisagem natural usada como espaço de escape e abstração da cidade pós-moderna (ZUKIN, 2000).

Deve ser considerado também sobre a nova orla, que a construção de uma paisagem é passada por filtros simbólicos, antigas heranças. E só se considera algo belo e aceitável a partir de uma determinada educação no modo de ver e sentir, “só vemos o que já foi visto e o vemos como

deve ser visto” (CAUQUELIN, 2007). E neste ponto, observa-se uma herança da visão preconceituosa sobre as formas de uso e apropriação do espaço pelos personagens ribeirinhos, pois o “belo” para a “orla” significaria a retirada das palafitas, dos portos, das feiras e todas as atividades que lembram o passado pobre e sujo daquela área da cidade a qual será transformada aos moldes do que a sociedade acredita como deveria ser a apropriação do rio, que no caso é a partir de sua resignificação para padrões estéticos do *waterfront*, onde o componente étnico tem alguma relevância.

Ou seja, isso significa que em parte, a paisagem de cunho regionalista e “ribeirinho” é criação contemporânea que se distancia da autêntica paisagem cultural da Estrada Nova. Assim, a construção da nova orla do Rio Guamá acaba se tornando a resposta para uma elite local. E o ideário de orla equivale a um parque linear urbano, mesclado a uma intervenção viária, e associado a serviços de amenidades, lazer e consumo, onde a figura da “paisagem ribeirinha” é vista através de uma visão romântica e idealizada do habitante amazônico.

A concepção estética estaria associada às ideologias de modernização e ao controle da terra, sendo a remoção do vernacular a possibilidade da construção de uma nova imagem da cidade. As pequenas casas dos pobres e favelas foram vistas ao longo das décadas como elementos negativos para a paisagem do espaço urbano, os quais denotariam a presença de uma população empobrecida estigmatizada pelas camadas mais altas como violenta e malfeitora. Revela-se que a necessidade da realocação dessas populações também pode ser definida pelo histórico medo dos pobres e pelo poder econômico (ZUKIN, 2000). Assim, os modelos de projetos de habitação popular segundo Zukin (2000) também podem ser entendidos como uma “paisagem de poder”, construídas através da remoção do vernacular, em troca de uma paisagem imposta pelos detentores de poder. Lugares que continuam a reforçar a estratificação de atividades, grupos sociais e das diferenças.

Observa-se que nos projetos habitacionais propostos não há referência aos signos estéticos e tão pouco um estudo de distribuição de ambientes ou da tecnologia construtiva ribeirinha, já que a palafita urbana é estigmatizada. As soluções projetuais para habitação são projetos tradicionais sem maiores estudos em relação ao modo de morar amazônico, são projetos tecnicistas que visam mais uma questão sanitária.

O PORTAL HOJE: LOCAL DE RESISTÊNCIA

A primeira fase do Portal da Amazônia foi inaugurada em junho de 2012, ano de eleições. Foram entregues na época, o sistema viário, parque linear com alguns equipamentos lazer e 16 unidades habitacionais (de 221). A área correspondente a urbanização da orla, ainda estava inconclusa, tanto, obras de urbanização como de construção de blocos habitacionais.

Atualmente, o Portal da Amazônia consolida-se como espaço de lazer, prática de esportes e eventos culturais, atraindo um número considerável de público, sobretudo nos finais de semana. Por outro lado, a área destinada ao remanejamento de famílias ainda se encontra inconclusa, resultando em diversas manifestações pelos moradores.



Ilustração 8 – Parque linear do Portal da Amazônia. Foto: Autora, 2012.

Muitos moradores estão dependentes de auxílio moradia (valor de R\$450,00), que dificilmente consegue viabilizar o pagamento de aluguel na área, já que houve valorização do metro quadrado na área após as intervenções. A preocupação dos moradores removidos é também econômica, recorrentemente se fala da dependência com as atividades econômicas que estão atreladas à dinâmica com o rio, muitos moradores trabalham com carregamento nos portos e vendas em feiras e áreas comerciais próximas (LEÃO, 2013).



Ilustração 8 - Palafitas no Portal da Amazônia. Foto: Autora, 2012.

Ainda é presente no Portal, uma área de uma antiga vila palafítica, com moradores que resistiram ao processo de remoções, já que não viam os blocos habitacionais serem solucionados. Encontra-se nessa área que foi aterrada, uma embarcação, que seria uma forma de protesto contra a falta de alternativas para atracamento de embarcações (Ilustração 8).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É observado que ao mesmo tempo em que se presencia na cidade uma tentativa de alinhar projetos a discursos de um urbanismo mais contemporâneo, continua-se a se fazer intervenções a *modus operandi*, reproduzindo-se modelos desenvolvidos em outras regiões do país e mostrando uma carência de soluções próprias para a problemática da cidade na Amazônia.

Apreende-se que a paisagem formada ao longo da Estrada Nova através de suas referências simbólicas e dinâmica social possui uma identidade espacial/visual própria, que deve ser considerada em projetos de intervenção realizados na área. Atenta-se para a dissociação cultural que o projeto urbanístico poderá levar para essa área. Segundo, Jacques (2003) é necessário nessas intervenções, a sensibilidade quanto à preservação de sua identidade própria, através da especificidade estética criadas, sobretudo de uma noção de participação de seus atores sociais. Na formação das favelas a participação das pessoas é algo muito forte e presente, desde as práticas cotidianas, como a construção do espaço urbano e arquitetônico. Portanto, é essa aproximação com o “outro” que faz a diferença na elaboração do planejamento urbanístico para essas áreas. Portanto, espera-se que esta análise contribua nesse sentido de despertar a necessidade do olhar subjetivo e não tão somente técnico nas intervenções em comunidades já consolidadas.

O Portal da Amazônia é um projeto considerado audacioso, pois transforma radicalmente o espaço construído e vivido, levando a novas formas de uso para o lugar e reestruturando a dinâmica econômica e social. O projeto da nova orla conceitualmente não seria um retorno às práticas ribeirinhas da cidade (porque essa nunca deixou de existir), mas a inserção de um modelo urbano, o qual inclusive retiraria tais características, onde o “ribeirinho” estaria nesta paisagem apenas como elemento simbólico, já que não são consideradas suas formas de uso e apropriação do espaço.

Observa-se que a concentração de investimentos nessa área da cidade ocorre porque, de certo modo, há interesse do ponto de vista mercadológico, e não necessariamente para resolver questões relativas a urbanização de favelas, demonstradas na paralisação das obras habitacionais, que até então não foram resolvidas, uma lógica perversa de intervenção urbana para assentamentos precários.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Flávia. Entre portais do espetáculo e portas do cotidiano sobre as águas do Guamá: cartografando processos construtivos de subjetivação no Jurunas, Belém-PA. [Dissertação]. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. 168 f. Salvador, 2008.

- BELÉM, Prefeitura Municipal. Versão oficial Portal da Amazônia. Belém: Secretaria Municipal de Urbanismo; Secretaria Municipal de Saneamento; Gabinete do Prefeito Municipal, 29 mar. 2006.
- BELÉM, Prefeitura Municipal de. Relatório de Impacto Ambiental: Programa de reabilitação urbana e ambiental da bacia Estrada Nova – PROMABEN. TOMO 01/02. Engesolo Engenharia LTDA. Setembro/2007
- CARDOSO, Ana Cláudia. O Espaço Alternativo: vida e forma urbana nas baixadas de Belém. Belém: EDUFPA, 2007.
- CARDOSO, A. C. D. ; LIMA, J. J. F. Tipologias e padrões de ocupação urbana na Amazônia Oriental : para que e para quem ?. In : CARDOSO, A. C. D. (Org). O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares e perspectivas. Belém: EDUFPA, 2006. P. 55-93.
- CAUQUELIN, Anne. 2007. A invenção da paisagem. São Paulo: Ed. Martins Fontes.
- CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, v.49, n.3, p.39-68, jul./set. 1987.
- COSTA, Solange Gayoso. Como vejo minha casa: representações do “espaço-casa” numa área de baixada de Belém. In: AMIN, Mario; XIMENES, Tereza (orgs.). Habitatnos países amazônicos. NAEA, 1998.
- HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- JACQUES, Paola Berentein. A Estética da Ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- JACQUES, Paola B. Elogio aos errantes. In: JEUDY, Henri P. e JACQUES, P. B. Corpos e cenários urbanos: territórios urbanos e políticas culturais. Salvador: EDUFBA, 2006, pp. 117-39.
- LEÃO, Monique Bentes Machado Sardo. Remoção e reassentamento em baixadas de Belém: Estudos de caso de planos de reassentamento (1980-2010). 2013. 151 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.
- LIMA, José Júlio Ferreira; PARACAMPO, Maria Vitória. PINHEIRO, Andréa; SÁ, Maria Elvira Rocha de. A questão habitacional na Região Metropolitana de Belém. In: CARDOSO, Adauto Lúcio (org.). Habitação social nas metrópoles brasileiras: uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. Porto Alegre: ANTAC, 2007 (Coleção Habitare). Disponível em: <http://habitare.infohab.org.br/publicacao_colecao7.aspx> Acesso em 10/02/2011.
- MALDONADO, Simone. George Simmel: uma apresentação. In: Política & trabalho, Editora Universitária UFPB, PPGS e UFPB, n.12, p. 5-10, set 1996.
- MOREIRA, Eidorfe. Belém e sua expressão geográfica. Belém, Imprensa Universitária, 1966. In: obras reunidas de Eidorfe Moreira, v.1, Belém: CEJUP, 1989. PENTEADO, Antonio Rocha. Belém – Estudo de geografia urbana. 1º volume, Coleção Amazônia. Belém: UFPA, 1968.

PONTE, Juliano Pamplona Ximenes. Cidade e água no estuário guajarino. 319 f. Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional, IPPUR-UFRJ). 2010.

SIMMEL, Georg. A filosofia da paisagem. In: Política & trabalho, Editora Universitária UFPB, PPGS e UFPB, n.12, p. 15-24, set 1996.

SUDAM; DNOS; PARÁ, Governo do Estado. Monografia das baixadas de Belém: subsídios para um projeto de recuperação. 2. ed. Belém: SUDAM, 1976. 2 v.

ZUKIN, Sharon. Paisagens do século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano. In: ARANTES, Antonio A. (org.) O espaço da diferença. Campinas, Papyrus, 2000, p. 104-115.

WAGLEY, Charles. Uma comunidade amazônica. São Paulo: CEN, Brasíliana, v.290, 1957